

ENQUANTO A ORDEM PREVALECER: OS NÚCLEOS DE POVOAMENTO, O ESTADO E O PADROADO...

META

Demonstrar que a colonização de Sergipe no século XVII foi também interesse da Coroa portuguesa na estratégia da expansão do domínio português no Brasil.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

perceber a importância de São Cristóvão no século XVII como espaço importante da penetração portuguesa na capitania sergipana;
compreender a contribuição dos núcleos de povoamento para o avanço das fronteiras da cristandade católica, especialmente São Cristóvão;
valorizar a importância dos núcleos de povoamento no período colonial;
entender a sede da capitania sergipana como um espaço onde o Estado tentava deixar sua marca no processo de penetração da colonização.

PRÉ-REQUISITOS

As últimas aulas do livro Temas de História de Sergipe I e 1ª lição deste livro.



Imagem de Igreja no centro histórico de São Cristóvão.
(Fonte: <http://lh3.ggpht.com>).

INTRODUÇÃO

Revise a aula anterior. Somente comece esta aula se entender o que mencionamos sobre a sociedade do couro, principalmente os privilégios de uns sobre os outros. No século XVII e XVIII, o gado paulatinamente ocupou espaços nas margens dos rios em direção ao sertão. Uma sociedade do couro foi-se construindo.

Também os séculos XVII e XVIII foram tempos da penetração portuguesa na capitania de Sergipe. Os núcleos de povoamento tornaram-se esteios da dominação portuguesa.



Imagem de Igreja no centro histórico de São Cristóvão.
(Fonte: <http://lh3.ggpht.com>).

LILIAN SALOMÃO E A LENTA PENETRAÇÃO PORTUGUESA NA CAPITANIA DE SERGIPE

Começaremos nossa aula abordando algumas notas sobre a expansão do domínio português no Brasil. Achamos necessário o diálogo com a historiografia clássica que trata da relação campo e cidade na tentativa de entender a especificidade da colonização da América portuguesa. Optaremos em trilhar uma abordagem que valoriza os núcleos de povoamento como essenciais para expandir a cristandade no interior do Brasil.

Muitos historiadores consideram que houve lentidão da colonização de Sergipe, na ocupação do solo do rio Real ao rio São Francisco. Os criadores de gados não se expandiram tão rápido e o Estado pouco adentrou seu domínio na capitania sergipana. Lílian da Fonseca Salomão, por exemplo, considera que a conquista e as vicissitudes da colonização de Sergipe fizeram com que a capitania sergipana permanecesse como “dobradiça”, uma espécie de “suporte” que servia às duas mais importantes capitanias do Norte do Brasil: Pernambuco e Bahia. Desde o início da colonização, prossegue Salomão, Sergipe tornou-se um espaço para pastagem e deslocamento dos rebanhos baianos e terras transformadas em uma espécie de zona militar povoadas por lutas e destruições mediante as intervenções estrangeiras (primeiramente holandesa) e os obstáculos das resistências indígenas. Conforme essa mesma autora, os colonos tiveram dificuldades de se estabelecerem nessa localidade. Estavam isolados, dependendo dos criadores de gado e sob o controle das autoridades baianas. Ainda, conforme essa autora, a administração da capitania de Sergipe foi fraca e sua prosperidade correspondia àquela que convinha à capitania vizinha, a da Bahia. Diante disto, prossegue Salomão, essa situação levou mais ainda à lentidão da penetração portuguesa no Brasil nessa região entre o rio Real e o São Francisco. (SALOMÃO,1996:105-115)

A expressão “Lenta penetração portuguesa” significa o enfraquecimento do poder do Estado português no controle sobre a região. Em outras palavras, conforme Salomão, a “dobradiça Sergipe” tornou-se “desgovernada”, sem administração da metrópole e imersa nos conflitos entre os próprios proprietários de terras, criadores de gado e os interesses particulares das autoridades baianas.

A autora elege os proprietários de terras, os criadores de gado, como um dos responsáveis pelas circunstâncias que provocaram lenta penetração portuguesa em Sergipe. Na fase inicial da conquista de Sergipe, os criadores de gado aliam-se ao Estado português na conquista desse território interessados nas condições excepcionais para a pecuária, devido à abundância de rios e de seus pastos ainda virgens e da possibilidade de facilitar o transporte de rebanhos do vale baiano do rio São Francisco para o recôncavo. Mas a partir do século XVII, pós conquista do território, obtendo sesmarias, eles

pouco a pouco se distanciam do Estado português, elaborando suas próprias normas de convívio social e afirmação de poder. Os interesses particulares prevaleceram em detrimento da coletividade, da construção da ordem política.

Salomão prioriza, na sua análise sobre a lenta penetração portuguesa na capitania de Sergipe, o olhar sobre o “campo”, espaço do “latifúndio”, domínio dos criadores de gado. Essa abordagem se aproxima da perspectiva da historiografia clássica que compara a colonização da América portuguesa diferente da América espanhola. Historiadores brasileiros afirmam que na América espanhola a vida urbana era intensa e na América portuguesa, as vilas da costa nordestina do Brasil, viviam precariamente. Nesse sentido, enxerga os núcleos de povoamento como:

1. apêndice do engenho;
2. parasita, vivendo da produção agrícola do campo;
3. meio caminho entre os engenhos e os centros europeus de comercialização do açúcar;
4. mero aparelho administrativo;
5. um habitat de burocratas, uns poucos artesãos e muitos desocupados.
6. um local de marasmo;

O único momento em que as vilas recebiam gente – segundo esse mesmo enfoque- ocorria na época da moagem da cana, quando os senhores-de-engenho se mudavam para as vilas, com os familiares e a criadagem.

UM OLHAR APENAS ECONÔMICO SOBRE OS NÚCLEOS DE POVOAMENTO...

Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, João Ribeiro, Thales Azevedo, por exemplo, pensaram o espaço urbano colonial numa relação de dependência com o campo e afirmavam que os portugueses ficaram mais “arranhando no litoral”, diferenciando-se dos espanhóis que adentraram o interior e fundaram vilas bem planejadas. Portanto, os núcleos de povoamento da América espanhola são vistos ao contrário das vilas do litoral nordestino do Brasil.

Segundo Ronald Raminelli, esses historiadores deram contribuições valiosas para as pesquisas destinadas a pensar o espaço urbano colonial. “No entanto, os estudiosos mencionados conceberam-no apenas segundo o enfoque econômico...” (Raminelli: 1992, 173)

Sergio Buarque de Holanda, em “O Semeador e o Ladrilhador”, percebeu a dominação portuguesa acentuada na vida rural, com ausência de um controle maior sobre a colônia. Em outras palavras, Holanda refere-se à cidade portuguesa num total desleixo, sem ser planejada. Esse autor destaca as conveniências imediatas e a falta de planejamento da dominação portuguesa no Brasil. Vejamos um trecho desse texto:

“Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão. (HOLANDA, 1995:95)

Mais adiante, nesse mesmo texto, esse autor acrescenta:

(...) A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’...” (HOLANDA, 1995:110)

A palavra “desleixo”, vale repetir, desvela o descuido dos portugueses pelos núcleos de povoamento na América portuguesa, segundo Holanda.

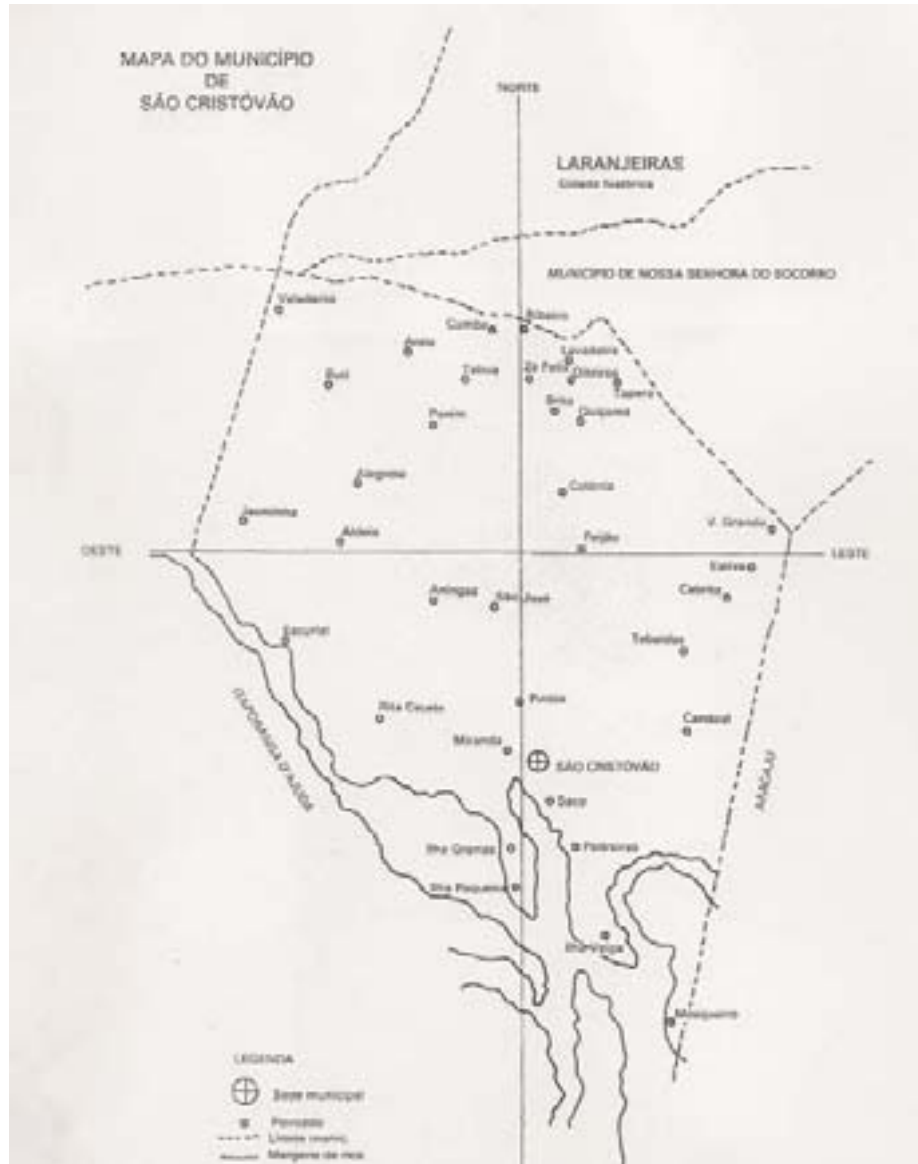
Mas, seria correto afirmar que a Coroa portuguesa não planejava a criação de seus núcleos de povoamento? Que as vilas eram meio caminho entre os engenhos e os centros europeus que comercializavam o açúcar? Que esses núcleos estavam abandonados, morando somente burocratas?

RAMINELLI E OUTRO OLHAR SOBRE AS VILAS...

A vila era improdutiva e secundária na economia colonial, não resta dúvida. No entanto, nada impede de percebermos outras vocações dos núcleos de povoamento. Segundo Raminelli, as suas contribuições ao avanço das fronteiras da cristandade é outra vocação dos núcleos de povoamento na América portuguesa. O Estado tinha interesse de expandir a cristandade concomitantemente ao domínio territorial. (RAMINELLI, 1992:173)

Raminelli, analisando uma pequena vila no sertão da Paraíba, denominada Filipeia, ficou admirado em saber que ela, no início do século XVII, possuía conventos das ordens de Nossa Senhora do Carmo, de São Francisco e moradias pertencentes à ordem beneditina. Havia ainda a Santa Casa de Misericórdia, uma igreja matriz, talvez dedicada a Nossa Senhora das Neves, e as Casas da Câmara. “Após observar o mapa da Capitania da Paraíba desenhado por João Teixeira Albernaz – escreveu Raminelli – pensei: qual seria a razão para se levantar tantas construções em uma vila do interior?” (Idem, 164)

Tomemos esses questionamentos de Raminelli para entendermos São Cristóvão, o primeiro núcleo de povoamento da capitania de Sergipe, fundado após a vitória de Cristóvão de Barros sobre os tupinambá e outras tribos indígenas, em 1590.



Fonte: (Governo do Estado de Sergipe, 1989:17).

Como a historiografia sergipana analisa a cidade de São Cristóvão e as demais vilas da capitania? Seguem a abordagem dos autores que identificam os núcleos de povoamento do ponto de vista econômico, percebendo-os como espaço que têm a função somente de ser um entreposto entre a zona produtora de açúcar e os mercados consumidores e a função meramente de acolher burocráticas? Ou percebem outras funções dos núcleos de povoamento como alerta Raminelli?

SEM AÇÚCAR E COM O GADO....

Sergipe, no século XVI e no decorrer do século XVII, não acompanhou o mesmo surto de desenvolvimento econômico agroexportador do açúcar como em outras capitanias vizinhas. Como vimos no capítulo anterior, nossa

primeira atividade foi a criação de gado e a produção de gêneros alimentícios, como a farinha. O gado se espalhava pelas margens do rio ao longo do território, distanciando-se cada vez mais da sede da capitania. Os produtores de gêneros alimentícios, de igual forma, plantaram em lugares mais distantes de São Cristóvão, e não era um produto monocultor para exportação que precisava ser passado na alfândega e que necessitava os funcionários da cidade emitirem as devidas licenças para a comercialização e o recebimento dos impostos.

Essa especificidade da capitania de Sergipe interferiu na forma como os historiadores sergipanos perceberam os núcleos de povoações no século XVII. Não interpretaram a cidade de São Cristóvão como entreposto, apêndice da produção da cana de açúcar nos séculos XVI e XVII.

Sem a função de ser um mero entreposto entre o campo – região produtora – e o mercado de consumo, a cidade é vista mais ainda como um espaço sem muita utilidade, de pouco habitantes e de burocratas quase sem função nenhuma. Além de não receber contribuições financeiras para construir seus prédios.

A HISTORIOGRAFIA SERGIPANA SEGUE O OLHAR ECONÔMICO....

Somente em meados do século XVIII a sede da capitania foi vista como apêndice da região produtora e o mercado consumidor. A partir dessa fase a economia sergipana se voltava para o cultivo da cana de açúcar, na região próxima a São Cristóvão, denominada Vaza-Barris.

Os historiadores entendem que somente o desenvolvimento do açúcar na região do Vaza-Barris e do Cotinguiba favoreceu a melhoria do aspecto físico de São Cristóvão.

A maioria dos estudiosos da História de Sergipe tinha a seguinte impressão sobre a capitania nos primeiros cem anos de sua colonização: predominantemente rural; os núcleos de povoamento não possuíram funções importantes na coesão dessa sociedade; eram rudimentares as casas, faltando edifícios importantes para o funcionamento político-administrativo; pouco habitados, frequentados mais por burocratas, párocos e outros religiosos.

Também são unânimes em afirmar que a primeira fase de florescimento dos núcleos iniciou no final do século XVIII, inicialmente se destacando São Cristóvão.

Os pesquisadores em que nos baseamos para essa afirmação foram: Felisbello Freire, Pires Whyne e Maria Thetis Nunes.

NUNES ADENTRA NOS NÚCLEOS DE POVOAMENTO...

Não iremos entender com mais detalhes como cada um desses pesquisadores conceberam os núcleos de povoamento em Sergipe, especialmente a cidade de Cristóvão. Nossa análise priorizara os trabalhos de Maria Thetis

Nunes, que versam sobre a temática dos núcleos de povoamento em Sergipe. Ela é a única dos três autores a produzir textos específicos nessa temática.

Nunes é uma historiadora bastante cuidadosa com a pesquisa de documentos de História de Sergipe. Basta lermos os textos “A Vida Urbana na Capitania de Sergipe Del’Rei” e “Aspectos históricos da cidade de São Cristóvão” para constatarmos esse zelo com as fontes. Nestes textos há inúmeras citações de cartas, decretos, entre outros documentos oficiais. Ela é também muito coerente com os textos citados ou com aqueles em que se baseia sem apontar diretamente no corpo do texto. Todos eles estão conectados com sua perspectiva de análise sobre o passado sergipano. Percebemos que Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, se fazem muito presente em seus textos quando ela entende a trajetória dos núcleos de povoamento em Sergipe, principalmente a sede da província e, especialmente, no século XVIII e XIX. Idem o seu diálogo com Felisbello Freire.

Apreciemos um desses dois trabalhos sobre a cidade de São Cristóvão. Referimo-nos ao texto “A Vida Urbana na Capitania de Sergipe Del’Rei”.

No início desse texto, Nunes deixa transparecer qual é sua percepção sobre os núcleos de povoamento na vida colonial sergipana: “Sociedade predominantemente rural, a precariedade dos núcleos urbanos caracterizou a vida colonial sergipana”. (NUNES, 1996:170).

O parecer do Conselho Ultramarino, encaminhado em 1696 ao Rei Pedro II acerca da criação da Ouvidoria de Sergipe, tornou-se o primeiro documento em que a autora se baseou para construir essa percepção sobre os núcleos de povoamento de Sergipe.

... a qual Capitania tem de distrito vinte e cinco léguas, contando perto de metade que fica para a parte da Bahia e outra de Sergipe para o rio de S. Francisco, onde se divide da Capitania de Pernambuco; que no seu distrito não tem povoação alguma, porque toda é habitada de moradores divididos por suas roças, fazendas e currais e que nele há seis Ermidas que servem de Freguesias, cada uma com seu Capelão que eles pagam, junto das quais ermidas vivem sete ou oito moradores e o mesmo capelão sem outra alguma povoação.(AMARAL, BRAS apud NUNES, op. Cit)

Diz esse enunciado que o distrito não tem povoação nenhuma por que seus habitantes estão dispersos nas roças, fazendas e curais.

A correspondência enviada em 1799 a D. Maria I pelo ouvidor Antonio Pereira de Magalhães Paços tornou-se outro documento utilizado pela autora. Apreciemos o trecho da carta selecionada pela autora:

“As vilas da Comarca de Sergipe são um agregado de casas fechadas: Seus habitantes que vivem na povoação são pobres, apenas há o

Párocho, o Escrivão e alguns oficiais de Justiça. Estão despovoadas, solitárias, os juizes ordinários as desamparam, apenas vêm fazer Audiências, as Vereações raramente se fazem; os Almotacés se retiram e as prisões são arrombadas sem oposição, porque a gente que há na ocasião do insulto, se fecham e não acodem, finalmente em toda Comarca não há casa de prisão que possa guardar presos.” (PASSOS, 1799: Apud NUNES, op. Cit, p.170-171)

Notem que nesse documento não há a citação do termo “distrito”. Aparece a palavra “vilas”, indicando a existência de vários povoamentos no século XVIII na capitania. O ouvidor Passos informa a rainha D. Maria I a seguinte situação das vilas sergipanas: “despovoadas”, “solitárias” e “desamparadas” e seus habitantes eram pobres e assustados “se fecham e não acodem” com os arrombamentos das prisões. A “imagem” é a de que havia casas fechadas, não funcionavam as instituições, a justiça, incluindo, as prisões, e, por fim, os burocratas pouco compareciam ao trabalho.

Logo após citar esses dois documentos, a autora chega ao seguinte diagnóstico sobre os núcleos de povoamento: a população vivia “nas Casas Grandes dos engenhos e nas fazendas, nas modestas habitações dos sítios ou nas choupanas, casebres e senzalas levantadas nas proximidades da residência do senhor de terra”. (NUNES, 171, op.cit)

São Cristóvão aparece na análise de Nunes como um núcleo de burocratas e religiosos. Identifica a presença de Capitão-mor, Ouvidor, Tabelião, Inquiridor, Contador e Distribuidor, Alcaide, Carcereiro, Almotacés como responsáveis pelo funcionamento da máquina político-administrativa. Também identifica a presença do Vigário Geral e de religiosos franciscanos e carmelitas. Em 1612 percebe a sede da capitania como uma povoação de casas de taipa. Em 1637, ano da invasão dos holandeses à capitania, a autora menciona um crescimento da população e a existência de 100 fogos, 400 vizinhos, Igreja Matriz (ainda não totalmente construída), o Convento dos Carmelitas e Casa de Misericórdia. O convento dos franciscanos só lançou a primeira pedra em 1693.

O ambiente era de pobreza, de construções inacabadas e ruínas na sede da capitania no século XVII, afirma Nunes. Para tal afirmação a autora ainda se utiliza de outra fonte. Cita o Parecer do Conselho Ultramarino de 09 de fevereiro de 1695. Apreciemos essa citação:

... a cidade da invocação de São Cristóvão que é cabeça daquela Capitania terá duzentos vizinhos cujas casas são de taipa em que se conta a Igreja Matriz que se arruinou e por este respeito mudaram o Santíssimo para a Igreja da Misericórdia que é de pedra e cal, porém de telha vã como são as mais das casas, e quase todas térreas, muitas cobertas de palha; que tem dois conventos, um do Carmo e outro de São Francisco, que é de taipa e pau a pique, com dez ou doze Religiosos...

As casas são térreas, de taipa, de telha vã, não boa qualidade, cobertas de palhas. A humildade prevalecia, destaca Nunes.

Assim, nos fins do século XVII, persistia essa pobreza em São Cristóvão, afirma essa historiadora. Desta vez menciona um soneto que poderia ter sido composto entre 1682 e 1684 de Gregório de Mattos Guerra, poeta baiano conhecido como Boca do inferno. Este poeta aponta a pobreza, os poucos habitantes e os costumes rústicos da cidade de Sergipe Del Rey.

Em seguida, menciona, de igual maneira, outros sonetos semelhantes ao de “Boca do Inferno”, denominados: “Descrição de Sergipe dei Rei” e “Vida de Sergipe Del Rey, ambos coletados por Luiz Mott.

NUNES ADENTRA MAIS AINDA O ESPAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO- SÉCULO XVIII

Para Nunes a situação da sede da comarca de Sergipe passou a mudar no século XVIII. São Cristóvão tornou-se um ponto de “convergência dos engenhos do vale do Vaza-Barris” que se estendiam pelas férteis várzeas de massapê e alcançariam prosperidade com a industrialização açucareira para atender os mercados externos. (Op. Cit, 172) Existiam onze engenhos que gravitavam em torno desse núcleo de povoamento.

Nunes identifica São Cristóvão como um entreposto, um meio caminho entre a região produtora de açúcar do Vaza-Barris e o mercado exterior, passando pelo porto de Salvador. Entedemos que o termo entreposto tinha a ver com as atividades burocráticas para facilitar a exportação dos produtos e a cobrança de impostos.

Outras mudanças ocorreram no século XVIII na cidade de São Cris-



Vista aérea de São Cristóvão. Fonte: (Governo do Estado de Sergipe: 1969).

tóvão, acrescentou essa pesquisadora. Em 1757 são visíveis as transformações ocorridas, com o registro de 390 fogos e 1.557 habitantes. Diz ela que as obras não chegaram a ser esplendorosas como Salvador ou Olinda. Mas foram significativas. Houve uma nova fase onde “iniciou-se a construção de sobrados para onde se deslocavam nos dias festivos os senhores de engenho e suas

famílias. As igrejas e conventos concluíram a reconstrução, e outros seriam erguidos”. (NUNES, op. cit. 172)

Também no século XVIII se desenrolavam cenas importantes da política administrativa sergipana. Segundo Nunes, em 1711 São Cristóvão era invadida pelos moradores de Vila Nova do Rio São Francisco, amotinados ante a notícia do aumento de impostos, especialmente sobre o sal. Em 1763 invadiram a cidade cerca de 3.000 índios desesperados, acossados pelos colonizadores, acompanhados de negros foragidos.

Como parte desse cenário político, a autora inclui o papel desempenhado pelas câmaras na vida política de Sergipe “afirmando-se pelas reivindicações feitas em prol da população local desde os primeiros tempos da instalação”. (idem, 173)

NUMES MIRA O SÉCULO XIX DA SEDE DA CAPITANIA...

Essas transformações na cidade de São Cristóvão foram ainda maiores no século XIX. Percebendo esse desenvolvimento, a referida autora diz que a sede administrativa da província sofreu grande impacto com a prosperidade econômica em que vivia a Capitania de Sergipe, trazida pelo crescimento da produção algodoeira e açucareira dos começos do século XIX. Citando D. Marcos Antônio de Souza, informa que em 1808 na área urbana viviam 400 habitantes e 5.000 em todo o distrito. Os seus moradores

pretendem ser muito distintos pela nobreza de seus nascimentos. É verdade que ali habitam muitas famílias puras e podem bem numerar-se mais de 1.500 brancos naturais da Europa e descendentes de europeus, seus primeiros povoadores.

Estes são os que servem nos cargos da Câmara, nos postos das ordenanças, que contemplam com os mais enobrecidos empregos e com isso passam os seus dias muito satisfeitos SOUZA, apud NUNES, op cit,p.174)

Na compreensão das transformações do século XIX na cidade de São Cristóvão, a autora indica vários outros acontecimentos importantes ocorridos na câmara municipal, como as lutas dos sergipanos para preservar a autonomia da capitania sergipana concedida pela Carta Régia de João VI; lutas a favor da independência brasileira e a posse do primeiro Presidente Carlos César Burlamaqui, entre outros acontecimentos.

Encerra sua análise citando o ato do Presidente Inácio Joaquim Barbosa, de 17 de março de 1855, transferindo a Capital da Província de Sergipe para o povoado de Santo Antônio do Aracaju, trazendo a decadência da Cidade.

OUTRAS FUNÇÕES DE SÃO CRISTÓVÃO....

As melhorias materiais da cidade de São Cristóvão, incluindo o aumento populacional e uma vida social mais dinâmica ocorreram com mais intensidade a partir do final do século XVIII e foram reflexos do desenvolvimento econômico da província com a produção do açúcar, não restam dúvidas. Concordamos que a sede da província passou a ter a função de mero entreposto entre a produção do campo e o mercado consumidor, no que diz respeito aos trâmites burocráticos e alfandegários, principalmente a produção do Vaza-Barris, próxima a São Cristóvão.

Todavia, consideramos importante enxergar outras funções de São Cristóvão nos séculos XVII e XVIII que não estavam diretamente vinculadas ao desenvolvimento econômico da cana de açúcar, da criação de gado e produção do algodão. Mesmo que no século XVII a sede da capitania não

tivesse as melhorias, que só existiram um século depois, ela logrou outras utilidades vinculadas aos interesses do Estado português.

Uma das funções da sede da capitania tinha a ver com o interesse do Estado de continuar o processo de colonização iniciado em 1590, por Cristóvão de Barros. Essa conquista não foi uma batalha liderada somente pelos interesses dos criadores de gado, havia a presença do governo baiano e da Coroa luso-espanhola que queriam integrar essa área ao processo da colonização portuguesa. A fundação de São Cristóvão logo após a guerra da conquista tornou-se prioridade para o Estado português. Necessitava-se alargar o domínio Real em todo o território ligando as duas capitanias mais importantes, Bahia e Pernambuco, ao longo do século XVII. É a partir de São Cristóvão que esse empreendimento se fez.



Visão aérea da Praça São Francisco e outras partes do perímetro urbano de S. Cristóvão. Fonte: (Governo do Estado de Sergipe, 1969).

AS CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS...

Para Raminelli a força simbólica da cidade colonial era um dos esteios da dominação portuguesa. As Igrejas, sedes paroquiais, conventos, cruzeiros e os espaços reservados na frente das igrejas, ocupavam enormes áreas e se apresentavam como visíveis de longas distâncias. “Eram peças importantes na encenação promovida pela Igreja, pois reafirmava diariamente o contato entre o sagrado e os homens”. (1992:172). Os sinos das igrejas e das capelas fizeram parte do cotidiano das sedes das capitanias e, também, das vilas, lembrando aos fiéis os dias dedicados ao culto religioso, à confissão e aos sermões. Incluíam-se, nessa pedagogia da construção da moral cristã católica, os catecismos e as festas do padroeiro e dos demais santos. A sede da capitania ou a vila era um lugar ideal para “vigiar”, “observar”, “ordenar”, e “intervir” aqueles que transgrediam a ordem social existente. Ainda segundo Raminelli, “os vigários e a própria vizinhança tornaram-se, assim, os responsáveis pela difusão da ortodoxia e pela manutenção dos princípios caros à cristandade”. “Tais atribuídos religiosos”, - prossegue o autor – “talvez expliquem a existência de tantos mosteiros e outras construções religiosas em áreas urbanas”. (idem)

Com o concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563, a Igreja Católica deu mais importância às construções religiosas e às cerimônias para instruir os fiéis nos ensinamentos bíblicos, de aproximar a Igreja dos homens e lembrá-los dos benefícios alcançados pelos cristãos devotos. Parte das ideias desse Concílio foi regulamentada no Brasil no documento eclesiástico denominado “Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia”, redigidas em 1707 e publicadas em 1719. Um dos trechos desse documento regulamentava práticas comuns da divisão do espaço dos núcleos urbanos desde o século XVI. De acordo com Murilo Marx essas constituições disciplinavam como deveriam ser fundadas e edificadas as igrejas. Sempre em lugares considerados descentes deveriam ser edificadas. Optava-se por um sítio alto, livre de umidade e desviado, quando possível, de “lugares imundos e sórdidos...”. Também não poderiam ficar perto de “de casas particulares e de outras paredes em distâncias que possam andar as procissões ao redor delas”. (MARX, 1991:22-23)

AS ALIANÇAS ENTRE IGREJA E ESTADO – PADROADO

Segundo Temes Gomes Parente, “na formação das cidades coloniais brasileiras a construção de suas paisagens deve muito à relação Igreja \ Estado”. (PARENTE, 1998:195-196) Também compartilham com essa afirmação diversos outros novos historiadores, em suas teses de doutorado, dissertação de mestrado e artigos de revistas produzidas nas últimas déca-

das. Agenor Soares da Silva Junior, em “NAS SOMBRAS DA CRUZ”: A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920)”, por exemplo, percebe que os núcleos urbanos eram normalmente definidos e classificados conforme sua importância eclesial, critérios adotados no Brasil desde o século XVI. Ainda segundo esse autor, no período colonial as vilas para obterem o estatuto de cidade necessitavam do crivo papal ou real para sua fundação. (SILVA JUNIOR, 2009:94)

Os Reinos de Portugal e de Espanha criaram o Padroado através de um tratado com a Igreja Católica. Esta delegava aos monarcas destes reinos ibéricos a administração e organização da Igreja Católica em seus domínios. O rei mandava construir igrejas, nomeava os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo Papa.

Assim, a estrutura dos reinos de Portugal e de Espanha tinha não só uma dimensão político-administrativa, mas também religiosa. Com a criação do Padroado, muitas das atividades características da Igreja Católica eram, na verdade, funções do poder político. Particularmente, a Inquisição, que nos impérios ibéricos funcionou mais como uma polícia do que como uma instituição religiosa.

O Padroado em Portugal foi muito alterado ao longo dos tempos. Até este Concílio, era o chefe de Estado português quem impunha o barrete cardinalício ao Patriarca de Lisboa.

E A IGREJA CATÓLICA SE FEZ PRESENTE....

Mesmo de aparências rústicas, mal terminadas, entre outros problemas, as igrejas tiveram um papel importante nos núcleos de povoamento na difusão e manutenção dos princípios cristãos do padroado.

No século XVII, mesmo na fase em que não havia tanta prosperidade na capitania, São Cristóvão já possuía várias igrejas e dois conventos, uma Casa de Misericórdia, Câmara e Cadeia. Os telhados de palhas, a pobreza dos altares entre outros aspectos físicos dos prédios públicos religiosos não impediam os propósitos de expansão da fé cristã católica por parte do clero, do vigário geral, dos párocos e dos religiosos dos conventos.

Para reforçar essa nossa argumentação, vamos apreciar um documento usado por Nunes, citado neste texto. Lido de outra forma, revela diferentes aspectos dos núcleos de povoamento da capitania sergipana. Não trata diretamente sobre São Cristóvão, mas, das vilas existentes na capitania. O parecer do Conselho Ultramarino, dá uma pista importante para compreendermos a vocação desses núcleos para a expansão da cristandade católica. Um trecho desse documento diz: “que nele há seis Ermidas que servem de Freguesias, cada uma com seu Capelão”. Uma pergunta, aqui, é necessária novamente: se esse “distrito” era inexpressivo por ser inabitado, pois a população morava no campo, por que havia tantas ermidas (capelas), seis ao todo, que serviam de freguesia, e todas elas tinham párocos?

A presença da Igreja Católica em Sergipe existe desde 1575, com a vinda dos jesuítas Gaspar Lourenço e João Solônio. Eles fundaram as aldeias de S. Tomé, Santo Inácio e São Paulo. Entretanto, os interesses das autoridades baianas e dos criadores de gado interromperam a extensão das missões de Gaspar e Solônio nas terras entre o rio Real e o São Francisco.

Após 1590, com a conquista definitiva dos portugueses em Sergipe, a Igreja católica esteve presente através das ordens religiosas e do clero secular.

A primeira paróquia de Sergipe foi criada em São Cristóvão, em 1608, ainda sobre domínio luso-espanhol. Em 1637 foi construída a matriz por ordem dos Felipes da Espanha. As armas dos Felipes, marca do Estado luso-espanhol, estiveram presentes até o ano de 1840 na porta principal da matriz.



Igreja Matriz e sobrados. Fonte: Governo do Estado de Sergipe, 1989).

EXPANSÃO DA IGREJA CATÓLICA NO SÉCULO XVII...

A criação da paróquia de Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão em Sergipe ocorreu no momento em que a Igreja Católica se expandia no Brasil. O primaz Dom Constantino Barradas (1602-1618) havia promovido várias mudanças na espacialidade católica brasileira, em sintonia com o Estado luso-espanhol.

Segundo Riolando Azzi, durante o período filipino cresceu entre os bispos a consciência de que a eles cabia um papel destacado na defesa do Estado Cristão ibérico, e por extensão da colônia brasileira.

“Essa defesa era realizada através de duas políticas complementares; a primeira destinava-se a impedir que os inimigos da Espanha, considerados hereges pudessem se estabelecer na Bahia, e nas outras capitânicas; a segunda tinha como a finalidade zelar para que a crença católica fosse mantida na colônia em sua integridade, impedindo que as idéias e prática heterodoxas se infiltrassem entre os moradores” (Azzi: 2001, 239).

Para concretizar essas defesas, o bispo necessitava da fundação de novas paróquias, nomear mais padres e enviar irmandades para as regiões onde havia maior número de habitantes e onde o perigo de práticas heterodoxas poderiam existir.

Antes da chegada de Dom Constantino já existiam 14 paróquias (1608), como Nossa Senhora do Ó de Pariperi, São Miguel do Cotegipe, Santo Amaro do Ipitanga, Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro e São Tiago do Iguapé. Na sua administração, além da paróquia de São Cristóvão, foram criadas as paróquias de Cairu, do Espírito Santo do Boipeba, Nossa Senhora da Ajuda de Jagauribe, de Nossa Senhora da Assunção de Fortaleza e de Nossa Senhora da Vitória do Maranhão.

A organização e a multiplicação paroquial ocuparam lugar de destaque no período filipino. Houve um aumento populacional no recôncavo baiano e a ocupação de territórios ainda não anexados ao domínio luso-espanhol, como o caso de Sergipe Del Rey. Havia a necessidade que a Igreja ocupasse mais espaços, dilatando a fé ao mesmo momento em que o governo alicerçava seus interesses de construção da presença do Estado na região. Objetiva-se criar nos núcleos de povoamento as bases da expansão do domínio para outras áreas. Dos núcleos de povoamento, sede das estratégias expansionistas da Igreja e do Estado, chegar-se-ia às áreas inóspitas consideradas não haver “lei, rei e religião”. Desejava-se chegar aos povoados, núcleos de povoamento distantes das vilas e cidades onde a presença da autoridade real e religiosa não se fazia presente conforme os interesses oficiais.

A chegada da Igreja ao povoado possibilitaria inevitavelmente uma elevação futura daquela localidade em freguesia. Da freguesia passaria à vila. As edificações de igrejas nas vilas e nos povoados valorizavam os seus arredores, concentrando um maior número de pessoas. Ali haveria mais instituições, onde se selaria com a fixação da ordem e da moral tanto almejadas. A Igreja Católica e o Estado se beneficiariam com essa expansão.

O termo “freguesia” segundo Riolando Azzi, deriva da expressão latina “filii ecclesiae” que significava a reunião dos “filhos da Igreja” para a celebração do culto. Essa expressão aportuguesou-se em “filigreses” e terminou fixando na palavra fregueses. Freguesia equivale a expressão latina de reunião de fiéis católicos (AZZI: 2001,191-192)

Na direção das freguesias estava o pároco. O processo para nomeação de um pároco obedecia a três fases sucessivas: escolha do nome pela coroa, apreciação feita pelo governo da Bahia e reconhecimento canônico por parte do bispo.

O primeiro vigário de Sergipe foi o padre Antônio Murtinho, em 1608, quando São Cristóvão foi elevada a sede paroquial. Durante o início do século XVII várias sacerdotes chegaram a Sergipe, do hábito de São Pedro. Foi no episcopado de Dom Antonio Barreiros, terceiro bispo diocesano, que a Irmandade de S. Pedro dos Clérigos foi erguida. Desde o século XV que se

difundiui na península ibérica a devoção a São Pedro. Muitos clérigos passaram a reunir-se em irmandades ou confrarias para homenagear esse santo da Igreja.

Entre os padres do hábito de São Pedro que trabalharam na expansão da cristandade na freguesia de Sergipe estavam: Bento Ferraz, Gaspar Fernandes, Gaspar Monteiro, Felipe da Costa e Sebastião Pedroso de Góis.

Em 1637, trinta anos depois da criação da sede paroquial de Sergipe e 47 anos depois da conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros, o território sergipano passou a ocupar diversos localidades do seu território. No mapa de Barléu, há o registro de 10 capelas no interior da capitania (a de São Gonçalo junto à cidade de São Cristóvão; a de São Cristóvão na Ilha dos Coqueiros; a de Itaperoá (capela Nossa Senhora de Nazaré), junto ao engenho do mesmo nome (São Cristóvão); a de Santo Antônio, junto ao rio Jacarecica, nas proximidades de Itabaiana (Igreja Velha); a de nossa Senhora do Rosário, à margem do rio Cotinguiba, nas imediações de Socorro; a de Santa Izabel, no povoado do mesmo nome; a de Santo Antônio, onde se encontra possivelmente Brejo Grande e a dos capuchinhos, em Comandaro. (NUNES, 1996:220)

A partir da década de 70 do século XVII, duas décadas após a expulsão dos holandeses, constituiu-se uma nova fase em que o Estado português empreende novas estratégias para aumentar seu controle administrativo sobre Sergipe. O território ainda não estava totalmente conquistado. Havia ainda tribos indígenas no interior de Sergipe, índios de denominações diversas, vistos de forma homogeneizada por tapuias, e dezenas de mocambos espalhados pelas matas de Lagarto, Simão Dias, Itabaiana e nas dimensões da área do São Francisco.

A Igreja também se ressentia da necessidade de expandir a fé, criando novas igrejas, multiplicando o número de párocos e irmandades.

Nessa fase, década de 1670, muitas mudanças na Igreja Católica se processavam. No ano de 1676, por exemplo, era criado o arcebispado da Bahia. Sergipe passou a ser Vigaria-Geral, significando uma delegacia eclesiástica do Arcebispado da Bahia, não sendo mais freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Em seguida ocorreram fundações de cinco freguesias em diversos locais da capitania sergipana:

Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1675)

Santo Antônio da Vila Nova do rio São Francisco (1678)

Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1679)

Santa Luzia do Rio Real (1680)

Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé de Banco (1700)

Foi a partir de São Cristóvão, por intermédio do Vigário-Geral da Capitania em sintonia com o primeiro Arcebispo da Bahia e comum acordo como a coroa portuguesa que essas cinco freguesias foram instaladas nos

diversos lugares do território sergipano. A sede da vigária-geral de Sergipe, pertencente ao arcebispado da Bahia deseja um controle maior da ortodoxia, unindo os habitantes dispersos na colônia nas missas domingueiras, nas festas do padroeiro, entre outras formas de inculcar o ideário de civilização cristã.

OUTROS SÍMBOLOS DOMINAM O ESPAÇO....

Juntamente com as igrejas, também outros símbolos passaram a compor a paisagem dos núcleos de povoamento contribuindo para alicerçar um controle maior da coroa portuguesa na organização da colonização. Um deles é o pelourinho. Este era um instrumento e um símbolo de autoridade. Sua função era servir como local para se castigar os desobedientes e criminosos. Raminelli, citando Raimundo Faoro, diz o seguinte sobre os pelourinhos: “como o pelourinho se instalava a alfândega e a Igreja, que indicavam a superioridade do rei, cobrador, ao lado do padre, vigiando as consciências”. (RAMINELLI, op. cit. 169)

As forcas também se faziam presente em alguns núcleos de povoamento, bem como as casas de prisões e câmaras. Entraremos mais em detalhes sobre as Câmaras em outra lição que trata da questão da independência de Sergipe da Bahia.

Por intermédio dos vereadores, almotacéis, juizes e ouvidores, a Coroa portuguesa ou luso-espanhola mantinha em ordem a vida dos colonos, mesmo que muitos faltassem as suas obrigações e tivesse muitas dificuldades de cumprir suas funções. Sem eles os núcleos de povoamento não seriam esteios da dominação portuguesa. Prendiam criminosos, cuidavam dos testamentos, regulamentavam contratos, entre outras finalidades.

Pelo exposto, não podemos menosprezar as particularidades dos núcleos de povoamento no processo de expansão do domínio português na capitania de Sergipe. Mas, muito ainda temos que pesquisar sobre essa relação entre os núcleos e o campo e sobre os poderes locais e as autoridades régias.

CONCLUSÃO

Não podemos dizer que a conquista de 1590 celebrou o domínio luso-espanhol na capitania de Sergipe. Houve a ocupação bem sucedida de parte do seu território, onde se processou o domínio dos tupinambá e a apropriação de terras perto dos rios para criar o gado e produzir gêneros alimentícios. Todavia, lembremos que parte do território ainda não foi conquistado totalmente nos séculos XVI e XVII. Essa empreitada não passaria a ser somente uma ação do bandeirante, do curraleiro, dos boiadeiros. A colonização precisava de um esteio de dominação valendo-se não só do

poder individual de um ou outro proprietário de terras, criador de gado. O Estado, conjuntamente com a Igreja, teve esse papel importante na edificação do projeto de ocupação do território e na formação das regras sociais, morais e na imposição de poder. Nesse sentido, é necessário pensarmos a importância dos núcleos de povoamento. São Cristóvão, por exemplo, teve um papel importante no período colonial em Sergipe. A partir desse povoamento se empreendeu a conquista de outras áreas e os primeiros alicerces da expansão da cristandade.

RESUMO

Nesta aula você percebeu a cidade de São Cristóvão como importante para a expansão da cristandade e da política da coroa para manter o controle sobre o território. O texto ajuda a entender o século XVII e parte do XVIII na capitania sergipana.



ATIVIDADES

1. Use pela segunda vez seu blog. Encontre na internet textos e fotos (em sites confiáveis de pesquisadores ligados as instituições de ensino superior) sobre o “pelourinho”, “forca”, “cadeira pública”, “sede de ouvidoria” “leis filipinas”, “leis manuelinas”, “igrejas”, “atos religiosos”. Lembre-se que essas informações deverão ser filtradas a partir do corte temporal “colônia”. Não cometa anacronismo, enxergando o período colonial a partir dos olhos atuais. Em outras palavras, queremos dizer que tenha cuidado com as informações (textos e imagens) de outro período histórico diferente da fase colonial.
2. Escreva um texto de no mínimo 50 linhas sobre a importância dos núcleos de povoamento (principalmente São Cristóvão) na expansão da colonização sergipana. Também cite cinco palavras chaves. Por fim, inclua uma foto de São Cristóvão atual.
3. Pesquise sobre os núcleos de povoamento, Santa Luzia, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro, Vila Nova (hoje Neópolis) no período colonial. Não se esquecer de citar os endereços eletrônicos perscrutados, como alertei no primeiro capítulo. Idem para os textos e fotos impressos.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.
- ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Pe. Gaspar Lourenço, **Revista do IHGSE**, n. 21, 1953-1954, v. XVI.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Florescimento das cidades. IN: **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**, Petrópolis, vozes, 1984, p. 215-226.
- ALMEIDA PRADO, João Fernando de. **A Bahia e as Capitâneas do centro do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 1945
- ASSUNÇÃO, Paula de. **A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)**. São Paulo: Annablume, 2000. p. 263-264.
- AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador. A Igreja Católica na Bahia (1551-2001) - Período colonial**. Petrópolis: Vozes, 2001. Volume 01.
- BEZERRA, Felte. O elemento europeu em Sergipe. **Etnias Sergipanas: contribuição ao seu estudo**, Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1984, p.61-99
- BRESCIANÍ, Carlos. (ORG). **Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyolas, 1999.
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Colonial**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CENTURIÃO, Luiz Ricardo M. **A cidade colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. São Paulo: Loyola, 2000.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Org.) **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/ Aracaju: Banese, 1991.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, vol.1.
- FIORIN, José Luis. Identidades e Diferenças na Construção dos Espaços e Atores do Novo Mundo. In: **Discursos dos Descobrimentos**. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000.
- FONTES, José Silvério Leite. Cidades e Vilas de Sergipe no século XIX. In. Anais do VIl Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo. 1974.
- _____. **A Formação do Povo Sergipano**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Série cadernos do PDPH, 1992
- FREIRE, Felisbela. **História de Sergipe**. 2 ed., Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977
- _____. Divisão militar, judiciária e cível: Criação de Vilas e Colonização e Povoamento. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe; Secretaria de Estado da Cultura. 1995. p.43-51 e 52-59.

_____. Divisão militar. Eclesiástica e civil — Criação das Vilas. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ Secretaria de Estado da Cultura, 1995, p.60-68

_____. Sergipe Capitania e Província até 1834. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe; Secretaria de Estado da Cultura, p 995, p.69-88.

_____. Divisão Eclesiástica, civil e judiciária, até 1900. In: História Territorial de Sergipe. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe! Secretaria de Estado da Cultura, 1995. p. 89- 117. (atividade didática 04)

GOVERNO do Estado de Sergipe. **São Cristovão Del Rei**. Salvador:Imprensa Oficial da Bahia,1969.

_____. **São Cristovão e seus monumentos. 400 anos de História**, Aracaju, 1989.

GUARANÁ, Armino. **Dicionário Biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro:Editora Pongetti, 1925

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 5 ed. 1992.

_____. **Raizes do Brasil**. 26 ed, São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LARA, Silvia Hunold. **Ordenações Filipinas**. São Paulo: Cia das Letras,1999, livro 5.

LEITE, Serafim Leite. **Cartas dos padres jesuítas do Brasil**. Tomo I, São Paulo: Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. p. 5

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**,Tomo I, Lisboa - Rio de Janeiro: Livraria Portugália, 1954.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel: Edusp, 1991.

MATTOSO, José. **História de Portugal**, vol. I e II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

MORENO, Diogo de Campos. Livro em que dá Razão do Estado do Brasil no governo do Norte assim como o teve Dom Diogo de Menezes e Sá até o ano de 1612. **Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura**, 1968.

MOTT, Luiz. **Sergipe Colonial e Imperial: Religião, Família, Escravidão e Sociedade**. São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

NUNES, Maria Thetis. Aspectos históricos da cidade de São Cristóvão. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGSe, no. 32, 1993-1999, p. 129-142.

_____. A vida urbana na capitania de Sergipe Del Rey. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.170-215

_____. **Sergipe colonial I**. São Cristóvão: Editora da UFS/Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.

OMEGNA, Nelson. A cidade colonial. 2ª ed. Brasília, EBRASA, 1971.

PARENTE, Temis Gomes. O Papel da Igreja nas formações das cidades. **CLIO**. Série História do Nordeste (UFPE), Recife - PE, v. 1, p. 195-200, 1998.

- RAMINELLI, Ronald.(Org) **Simbolismo do Espaço Urbano Colonial**. In: **América no Tempo da Conquista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1992, p.163-197.
- RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial (1530-1630)**. São Paulo: Alameda, 2009.
- RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil. Origem e desenvolvimento, século XVI**. [Cidade]: Livrara Editora Pallotti, 1981. p. 48
- SALOMÃO, LÍlian. A lenta penetração portuguesa no Brasil: o caso de Sergipe d'El Rey, Território Marginal. **Cadernos UFS-História**, vol2, no.3, jul\dez, 1996, p.105-115.
- SANTANA FILHO, José Bertnadino(Pe). **Paróquia Nossa Senhora da Vitória. 400 anos e História, Fé e Evangelização de São Cristovão (1608-2008)**, Aracaju: gráfica J. Andrade, 2008.
- SILVA JUNIOR, Agenor Soares e. **Cidades sagradas: a Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920)**, Tese desenvolvida na Universidade Federal Fluminense – UFF, 2007.
- _____. “NAS SOMBRAS DA CRUZ”: A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920), **Revista Historiar**, ano I, n. I (2009), cf em <http://www.uvanet.br/revistahistoriar/JanJun2009/007.pdf> , cap. em 12.11.2009.
- SOUSA, Antonio Lindvaldo. O português (criador de gado) e a colonização de Sergipe. In: **Temas e História de Sergipe I**. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2007.
- _____. A coroa e o projeto de pacificação do território sergipano – a guerra justa. In: **Temas e História de Sergipe I**. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2007.
- _____. Da História da Igreja à História das religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica. In: BEZERRA, Cícero Cunha. **Temas de Ciências da Religião**. São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira ,2008, p.251-267.
- _____. Lourenço, um missionário jesuíta em missões na Bahia e Sergipe no final do século XVI. In: BEZERRA, Cícero Cunha. **Estudos sobre Religião**. Aracaju: Editora Criação, 2009, p.342-355.
- SOUSA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- VASCONCELOS, Simão. Recopilaçam da vida do P. Ioseph de Anchieta. [s.n.], [S.l.], 1672. In: ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. Vida do primeiro apóstolo de Sergipe: Pe. Gaspar Lourenço, **Revista do IHGS**, n. 21, 1953-1954, v. XVI, p. 140.
- VICENTE DO SALVADOR, Frei. **História do Brasil (1500-1627)**.7 Ed. Belo horizonte – São Paulo: Itatiaia e Edusp, 1982, p. 80.
- WEHLING, Arno e WEHLING Maria José. **O Funcionário Colonial entre a sociedade e o rei**. In: PRIORI, Mary Del (Org) Revisão do Paraíso. Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História, Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 141-159.
- WYNNE, Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 970.